



**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**  
**Educação a Distância da UFSM - EAD**  
**Universidade Aberta do Brasil - UAB**

**Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação**  
**Aplicadas à Educação**

**PÓLO: Sobradinho**

**DISCIPLINA:** Elaboração de Artigo Científico

**PROFESSORA ORIENTADORA:** Ms. Luciana Vescia Lourega  
29/10/2011

**FOLETTO, Maria Rosalina da Trindade.**

Pós-Graduação em Administração e Supervisão Escolar

**A Inclusão dos Alunos Portadores de Necessidades Especiais por meio das**  
**Adaptações Curriculares**

**The inclusion of Students with disabilities through Curricular Adaptations**

**RESUMO**

O presente artigo tem a finalidade de relatar a experiência que a escola e comunidade escolar estão tendo com alunos portadores de necessidades especiais (PNEs). O recebimento de alunos portadores de deficiência múltipla fez com que a escola se mobilizasse totalmente mudando a rotina de trabalho dos educadores e educandos afim de proporcionar um atendimento diferenciado daquele que até então estava acostumado a realizar. A escola como um espaço democrático e participativo passou também a ser um espaço inclusivo, principal objetivo da equipe gestora em prol do desenvolvimento da pessoa no seu exercício para a cidadania. O uso do computador pelos alunos com deficiências veio contribuir no ensino aprendizagem dos discentes. Na reflexão do grupo de professores que participaram da Adaptação Curriculares muitas ações foram efetivadas, mudanças foram realizadas e o projeto político pedagógico foi reelaborado. O uso das tecnologias da informação e comunicação foi fundamental na elaboração das adaptações necessárias para que os PNEs sentir-se incluídos e participantes da comunidade escolar.

**Palavras- chave:** TICs, portadores de necessidades especiais, uso do computador e adaptação curricular

## ABSTRACT

*This article is intended to report the experience that the school and school community are having with students with disabilities (PNEs). Receiving multiple handicapped students caused the school to mobilize fully changing the routine work of educators and learners in order to provide a differentiated service that which until then was used to perform. The school as a democratic and participatory space also be a main goal of space inclusive, team manager for development of the person in the exercise of citizenship. Computer use by students with disabilities came to contribute in teaching learning of students. In reflection of the Group of teachers who participated in the many Curriculum Adaptation actions were effective, changes were made and the pedagogical political project was reworked. The use of information and communication technologies was instrumental in drafting the necessary adaptations necessary to ensure that PNEs feel included and attendees of the school community.*

**Key-words:** *ICT, people with special needs, computer use and curriculum adaptation.*

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem passado no Brasil por um momento novo, na qual se faz uma reflexão sobre a educação inclusiva. Isto se deve as novas leis implantadas e nas mudanças de atitude sociais que vem se estabelecendo ao longo do tempo.

Com a vigência da Lei Diretrizes e Base (LDB), nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que no seu capítulo V define educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino visando o atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades educacionais especiais dos educandos favorecendo a sua escolarização.

No intuito de relatar a mudança que vem ocorrendo em nosso ensino, com a inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) este trabalho relata o processo de elaboração da adaptação curricular para esses alunos em relação à utilização da informática no ensino e aprendizagem na Escola Estadual de Ensino Fundamental do meio rural do município de Passa Sete.

A sociedade e sua organização sócio-político-cultural vivem hoje um tempo de transição, no qual estamos construindo nossos próprios projetos, buscando atualizações através das Capacitações, das Formações Continuadas e principalmente através das EADs.

A estruturação administrativa, gestão democrática e equipe multidisciplinar das escolas, estão sendo vistas como um processo de desenvolvimento das próprias ideias.

As facilidades de comunicação e informações advindas dos avanços tecnológicos se traduzem em mudanças significativas no comportamento pessoal e social dos professores e alunos.

A escola por ser um espaço de construção de conhecimento tem como princípio básico, garantir a qualidade de ensino educacional a cada um dos seus alunos, reconhecendo e respeitando as diversidades, respondendo a cada um, de acordo com suas potencialidades e necessidades. De nada adianta trabalhar com os alunos PNEs utilizando a mesma metodologia, técnicas e procedimentos de ensino padronizando e unificando. Segundo Levy, (1998) a construção do conhecimento passa a ser igualmente atribuída aos grupos que interagem no espaço do saber. Ninguém tem a posse do saber, as pessoas sempre tem algo, o que as tornam importante quando juntas, de forma a fazer uma inteligência coletiva. Para Sasaki (1997), inclusão é “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (p.41). O ensino, revendo esta frase, deve se adaptar às necessidades dos alunos, ao invés de ser ao contrário, ou seja, o aluno adaptar-se aos paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza e dos processos de aprendizagens.

Entende-se que o ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos com recursos a serem mobilizados. Assim, uma escola poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer os alunos portadores de necessidades especiais independente de qualquer condição social ou tipo de deficiência que apresentar.

A escola preocupada com o alto índice de reprovação dos alunos realizou levantamento com informações necessárias para dar início a adaptação curricular.

Com as informações obtidas no dialogo com os pais e convivência dos professores com os PNEs foi possível diagnosticar a existência de dificuldades nas aprendizagens, comportamento e desempenhos escolar. Esta realidade vai ao encontro dos estudos de Fonseca (1.995) que afirma que os professores só terão sucesso em relação aos processos inclusivos quando estiverem devidamente munidos de um repertório teórico que permita que o processo de avaliação e elaboração dos objetivos pedagógicos sejam adequados a realidade do aluno.

Para a realização das adaptações curriculares a escola necessita que o diagnóstico seja realizado por um médico neurologista, psiquiatra ou um clínico geral. Os pedidos

para obtenção dos laudos são realizados através da Secretaria Municipal da Saúde onde profissionais da área dão início às consultas médicas necessárias para posteriormente dar um parecer. De posse desse parecer a escola inicia o processo de adaptação curricular.

Para dar início as modificações no currículo alternativo para os portadores de necessidades especiais e elaboração da nova proposta curricular foi montada uma comissão representativa da equipe multidisciplinar para incluir e atender as peculiaridades de cada aluno. Na elaboração desse trabalho buscou-se a Constituição brasileira, Constituição Estadual, Legislação específica dos PNEs, Estatuto da Criança e Adolescente. Durante as reflexões e tomadas de decisões sobre o que deveria mudar no contexto escolar, foi preciso transpor muitas barreiras em busca de novos paradigmas para a concretização do trabalho de adaptação curricular.

A tecnologia não causa mudanças apenas no que fazemos, mas também em nosso comportamento, na forma como elaboramos conhecimentos e no nosso relacionamento com o mundo. De acordo com (FRÓES) “Os recursos atuais da tecnologia, os novos meios digitais trazem novas formas de ler, de escrever, e .portanto, de pensar e agir. O simples uso de um editor de textos mostra como alguém pode registrar seu pensamento de forma distinta daquela do texto manuscrito ou mesmo datilografado, provocando no individuo uma forma diferente de ler e interpretar o que escreve, forma esta que se associa, ora como causa, ora como consequência, a um pensar diferente”.

Nossa abordagem privilegia o papel de socialização das TIC para as PNE. De acordo com esta perspectiva, o desenvolvimento cultural de uma criança vincula-se em um primeiro momento de um plano social (coletivo) e, após, em um plano psicológico (individual) (VYGOTSKY, 1988).

O referencial teórico foi importante no momento em que era necessário buscar Leis que desse amparo legal para realizar as modificações necessárias de forma adequada dos currículos. A realidade que estava sendo vivenciada pelo corpo docente e discente exigia das pessoas envolvidas mudanças para dar um novo significado ao contexto atual passar do estado de angustia dos envolvidos para uma melhor compreensão do que é um portador de necessidades especiais e com isso poder auxiliá-lo da melhor maneira possível dentro de suas atividades escolares.

Foi elaborado um roteiro de questões e montada uma entrevista direcionada aos pais dos PNEs. Foi utilizado um modelo de entrevista semi-estruturado, onde as questões

seguem um roteiro no qual foi perguntado sobre educação, rotina, saúde e lazer. As informações adquiridas por meio de entrevista com os pais e/ou, questionamentos foram arquivados juntamente com os pareceres descritivos na pasta dos alunos na secretaria da escola.

A escola juntamente com a Equipe Multidisciplinar enfrentou grandes desafios em busca das informações e procedimentos necessários no processo da Adaptação Curricular. Houve várias participações em reuniões administrativas e técnicas com profissionais ligadas a área da Educação Especial, professores da sala de recursos para orientações dos Planos de Estudos e de Trabalho a serem adaptados a cada aluno, reuniões com pais, professores e pessoas ligadas aos PNEs.

Abaixo será descrito os tipos de deficiências que os alunos do quarto ano da Escola Estadual na zona rural do Município de Passa Sete, com a idade de dez, catorze e dezesseis anos respectivamente. Os alunos frequentam a escola no ensino regular e no turno inverso recebem atendimento especializado em outra escola estadual na sede do município.

### **1.1. Direito e acesso dos PNEs**

A sociedade brasileira tem elaborado dispositivos legais que, tanto explicitam sua opção pela construção de uma sociedade para todos, como orientam as políticas públicas e sua prática social.

As novas leis implantadas pelos governantes possibilitaram mudança de atitude em relação aos alunos portadores de necessidades especiais. Uma das ações implantadas é a formação e/ou capacitação dos professores para trabalhar com alunos PNEs. A escola busca através das adaptações curriculares modificar e/ou adaptar o currículo, os objetivos, os conteúdos, a avaliação e a temporalidade de cada aluno individualizando-os de acordo com a sua deficiência. Nas palavras de Carvalho (1998, p.59):

Uma escola aberta à diversidade, isto é, que respeite e ressignifique as diferenças individuais, bem como que estimule a produção de respostas criativas, divergentes, em oposição às estereotípias e à homogeneidade do sócio-culturalmente entendido como “normal”. Tal perspectiva implica numa redefinição do papel da escola, a partir da mudança de atitude dos professores e da comunidade.

Entretanto, para que essas ações ocorram de modo efetivo, é necessário que os interesses e objetivos sejam de comum acordo a todos e que os portadores de

necessidades educativas especiais estejam inseridos dentro da programação da escola, como uma rotina. Para que esses alunos se integrem com os demais é preciso que haja além de muita compreensão, ações interativas entre os professores, a instituição e os próprios colegas de classe.

Para uma escola inclusiva há de se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que participam do cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive. Conforme define a nova LDB, trata-se de uma nova modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.

É dentro dessa ótica que a educação especial deve ser analisada, caso contrário estaremos contribuindo muito mais para a manutenção do processo de segregação do aluno diferente, do que para a democratização do ensino, cujo caminho não pode se pautar na divisão abstrata entre quem, em si, tem condições de frequentar a escola regular e os que, por características intrínsecas, devem ser encaminhadas a processos especiais de ensino. (BUENO, 1993, p. 81).

Dessa forma está sendo construído uma nova forma de olhar para os portadores de necessidades especiais. A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também seus interesses e motivações.

A situação atual do entendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável pelos altos índices de repetência e a evasão no ensino fundamental. Entretanto, na imaginação social, como cultura escolar, a impotência de certos alunos - os pobres e deficientes - para enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do censo comum é até mesmo em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema. (MANTOAN, 1997, p.6).

Os alunos portadores de necessidades especiais com adaptações curriculares passam a terem uma avaliação diferenciada dos demais alunos da turma regular e amparados pela parecer 56/2006 quando participarem das avaliações externas. Hoje, a educação especial está sendo vista como uma nova modalidade de ensino que ultrapassa a simples concepção de atendimento especializado tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

## **1.2 Tipos de Deficiência**

### **1.2.1 Deficiência Mental**

Deficiência mental é a designação que caracteriza os problemas que ocorrem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais. O deficiente mental será o indivíduo que tem uma maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso tem necessidades educativas especiais, ou seja, necessita de apoio e adaptações curriculares que lhe permitam seguir o processo regular de ensino.

Com a emissão dos laudos começaram a ser diagnosticados o que cada aluno apresentava. A emissão dos laudos foram através de códigos e números no qual se referia ao tipo de doença que as crianças apresentavam. Através de pesquisas na Web e o endereço eletrônico <http://www.medicinanet.com.br/cid10/f.htm> - foi possível buscar o que os médicos indicavam nos laudos e também nas receitas.

Com relação à deficiência mental pode-se verificar que as crianças com laudos médicos estão identificados pelos números F.70, G 80.1 e F90, doenças codificadas e descritas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Serão usadas as letras A, B e C para representar os nomes de alunos do 4º ano das séries iniciais do ensino fundamental que fazem parte das Adaptações Curriculares desta escola.

Aluno A: F.70.- com catorze anos, retardo mental leve - (em adultos, idade mental de 9 até 12 anos. Provavelmente devem ocorrer dificuldades de aprendizado na escola). O aluno possui dificuldade de assimilação dos conteúdos da série em que se encontra. Não lê e nem escreve voluntariamente. Copia do quadro letras e sílabas quando escritas em letra separadas e de imprensa. Reconhece números até dez, mas tem dificuldade em resolver operações de adição e subtração utilizando-se de material concreto para resolvê-las. Fala pouco e não consegue expressar idéias e/ou sentimentos.

Aluno B: CID G 80.1 tem dez anos e possui paralisia cerebral *diplégica espástica* sem os movimentos dos membros inferiores e antebraços. Faz uso das pontas dos dedos indicadores e médios para digitar no teclado do computador. Reconhece as letras e símbolos no teclado do computador, mas ainda não lê, estando em processo de alfabetização, é um aluno com limitações na fala, devido a paralisia cerebral. Gosta de relatar o que ouve através do rádio e o que olha na televisão, fazendo comentários das novelas e noticiário do dia a dia.

Aluno C: CID F.90 tem dezesseis anos com distúrbio de atividade e déficit de atenção. O aluno não reconhece as letras e nem os números, sua escrita está no nível da

garatuja<sup>1</sup>. Usa os rabiscos para representar à escrita. A escola na organização curricular dos nove anos do Ensino Fundamental dedica os dois primeiros anos a alfabetização sem a retenção do aluno no ano (série) tendo até os oito anos para se alfabetizar. Portanto, os alunos devem adquirir capacidade de apropriação da leitura, escrita, produção textual e desenvolvimento da oralidade até os três primeiros anos de escolarização. Caso contrário eles devem ser encaminhados para um atendimento especializado.

As características dos alunos com deficiências no ensino aprendizagem são constatado pelo atraso mental na aquisição dos conhecimentos mínimos exigidos para o quarto ano no decorrer do ano letivo, sendo esse um dos motivos pelo qual a necessidades de procurar ajuda aos profissionais da saúde. De acordo com o CID 10 o portador de deficiência mental se caracteriza em suma, por um déficit de inteligência conceitual, prática e social, segundo MEC, (BRASIL,1994).Existem diversas modalidades de inteligência, são elas:

a) Inteligência Prática: refere-se a habilidades de se manter e de sustentar como uma pessoa independente, em relação à vida diária (alimentação, higiene). Inclui habilidades sensorias – motoras, de auto cuidado e segurança, na vida familiar e escolar, enfim em tudo o que acontece em nossa rotina diária;

b) Inteligência Social: refere-se às habilidades para compreender as expectativas sociais que as pessoas têm como padrão e comportamento. É a capacidade para aprender, pensar, abstrair e adaptar-se a novas situações. Dependem principalmente de Inteligência Social as habilidades que se baseiam em relacionamento social e influência sobre os outros.

c) Inteligência Conceitual: refere-se às capacidades fundamentais da inteligência, envolvendo as condições abstratas.

### 1.2.3 Deficiência Física

Para realizar um trabalho com portadores de deficiência física é necessário que o professor conheça a diversidade e a complexidade que existe na deficiência do PNE. Muitas vezes a deficiência motora é acometida na pessoa comprometendo a mobilidade, coordenação motora e a fala. Pode-se considerar um aluno deficiente físico quando o

---

<sup>1</sup> Garatuja = traçado de linhas que crianças a partir de um ano fazem, em todos os sentidos, sem levantar o lápis, como se fosse o prolongamento de sua mão.



mesmo apresenta lesões neurológicas, neuromuscular, ortopédicas, más formações congênitas ou adquiridas, Segundo MEC, (BRASIL, 1994). Quando se percebe que o desenvolvimento corporal, intelectual e físico está comprometendo o ensino-aprendizagem os alunos devem começar a receber atendimento diferenciado, recursos e equipamentos adaptados a fim de facilitar a construção do seu conhecimento. Detectado o problema, a escola inicia o processo de elaboração de metodologias focando as necessidades e potencialidades destes alunos. A deficiência física pode ser classificada da seguinte forma:

a) Temporária: Quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores;

b) Recuperável: Quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por áreas não atingidas;

c) Definitiva: Quando apesar de tratado, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência;

d) Compensável: é aquela que permite por substituição de órgãos.

A apresentação da deficiência pelos PNEs atualmente está sendo tratada para que possamos fazer o máximo possível para que os alunos com possibilidade de entendimento de reconhecer palavras simples escritas no dia a dia incluindo o seu nome.

#### 1.2.4 Deficiência Múltipla

O indivíduo que possui duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física) é considerado como portador de Deficiência Múltipla. Os educandos que tem mais de três deficiências necessitam de atendimento complexos sendo necessário receber atendimento de vários outros especialistas. Para a criança com deficiência múltipla, segundo (BRASIL,1994) existe vários tipo de atendimento especializados para os portadores de necessidades especiais nos locais:

a) Escola Regular: Dependendo do grau de sua deficiência, o aluno frequentará uma sala comum com apoio de sala de recursos<sup>2</sup> ou classe especial, a qual funciona junto à escola regular com no máximo dez alunos com a mesma deficiência e atendidos por

---

<sup>2</sup> Sala de Recursos serviço, de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa ( superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizados em classes comuns. Local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados a necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento.

professor especializado em educação especial. Ele poderá ser atendido por um professor itinerante se encontrar-se impossibilitado temporariamente ou definitivamente de frequentar a escola regular no caso hospital ou em casa.

b) Escola Especial: É indicada para os casos mais severos, até que o aluno adquira condições de frequentar a escola regular;

c) Creche: Nesta instituição o atendimento a crianças que possui este tipo de deficiência acontece através da estimulação precoce;

d) Domicilio: Este atendimento só acontece para as crianças que se encontram impossibilitadas de frequentar temporária ou definitivamente a escola, sendo atendidas por professor itinerante especializado;

e) Hospital: Trata-se de atendimento em classe hospitalar ou no próprio leito, através do professor itinerante; Quanto mais cedo às pessoas que convivem com esses alunos (professores, famílias, médicos) trabalharem visando o diagnóstico da deficiência mental, mais rapidamente poderão começar as ações a serem implementadas, facilitando assim, os processos de intervenção educativa.

Os alunos PNEs estão sendo atendidos na escola regular e também frequentam a sala de recursos para receberem atendimento especializado. O cadeirante também frequenta a APAE uma vez por semana utilizando-se dos serviços que a mesma oferece.

## **2. Currículo e Educação**

Entende-se currículo como toda prática desenvolvida no espaço escolar que contribui na formação integral do educando. Nesse sentido, segundo Zabala (1998) a natureza dos esquemas do conhecimento de um aluno depende do seu nível de desenvolvimento e dos conhecimentos prévios que pode construir; a situação de aprendizagem pode ser concebida como um processo de comparação, de revisão e de construção de esquemas e conhecimentos sobre os conteúdos escolares.

O estudo do currículo e a inclusão das tecnologias possibilitarão ao grupo de educadores a reestruturarem o planejamento do fazer pedagógico na construção de um currículo que concilie os conhecimentos científicos com os princípios éticos, valores culturais e sociais, objetivos do educando, estruturas sociais, saberes não formais e estratégias pedagógicas. Enfim, elementos que perpassam a formação do educando traduzindo na prática pedagógica um currículo: flexível, dialógico, valorizador da cultura,

do patrimônio histórico e cultural, ressignificador do tempo e do espaço da escola, dinâmico, contextualizado, absolutamente comprometido com a aprendizagem de todos.

O currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.

A Equipe diretiva<sup>3</sup> da escola procura adotar Propostas Curriculares flexíveis de acordo com as deficiências e o grau de intensidade de cada aluno de modo a atender suas necessidades individuais. A adaptação de acesso ao currículo passa pela acessibilidade do espaço físico, material específico, mobiliário e equipamentos. Sendo assim, é necessário realizar adaptação de material de uso comum para ser trabalhado com todos os alunos em sala de aula. As adaptações curriculares vão desde simples adequações físicas ou materiais até adaptações de conteúdo e de estratégias de ensino.

Para a Secretaria Municipal de educação do Rio de Janeiro:

As adaptações de acesso ao currículo permitem pensar as condições físicas, materiais e de comunicação, necessárias para que o aluno portador de necessidades educativas especiais possa se beneficiar do trabalho e dele participarem com autonomia, o que implica na eliminação de barreiras. (...) As adaptações curriculares propriamente ditas são modificações desde o planejamento, feitas nos objetivos, conteúdos, atividades, estratégias de avaliação em um, alguns ou quase todos os componentes curriculares. (RIO DE JANEIRO, SME, 1996a, p. 200-201).

O objetivo da adaptação curricular é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, garantindo o acesso e permanência dos mesmos no ensino regular. A adaptação curricular tem como ponto decisivo a reorganização do instrumento teórico metodológico do projeto político pedagógico definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender explicitar o que se vai fazer, porque vai se fazer, para que e para quem se vai fazer e como se vai fazer.

O Regimento Escolar e a proposta pedagógica são documentos da escola nos quais estão contemplados o atendimento aos PNEs amparados na legislação vigente conforme o Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Os documentos da escola proporciona uma flexibilização para que seja realizado as adaptações de currículo para atender as dificuldades dos alunos com deficiência para a melhoria da qualidade de vida dos PNEs.

---

<sup>3</sup> Fazem parte da equipe diretiva da escola o diretor membro nato, vice- diretor substitui o diretor na sua ausência, orientador e supervisor escolar.

Nenhuma escola poderá alcançar objetivos significativos, para os alunos e para a comunidade escolar na qual se encontra inserida, se não tiver um projeto que norteie e dê suporte para as ações de cada um de seus agentes.

Uma das aspirações da comunidade escolar principalmente dos alunos da escola foi de conseguir uma sala de informática. A escola com muito esforço conseguiu com que o governo federal disponibilizasse dez computadores num primeiro momento depois mais cinco através da Escola Ativa<sup>4</sup>. Assim, a escola e os alunos do ensino regular e os portadores de necessidades especiais passaram a serem incluídos digitalmente. Segundo BORBA (2001) que “ o acesso a informática deve ser visto como um direito e, portanto nas escolas públicas e particulares o estudante deve poder usufruir de uma educação que no momento atual inclua, no mínimo, uma ‘alfabetização tecnológica’. Tal alfabetização deve ser vista não como um curso de informática mais sim, como um aprender a ler essa nova mídia. Assim, o computador deve estar inserido em atividades essenciais tais como aprender a ler, escrever, compreender textos, entender gráficos, contar, desenvolver noções espaciais etc. e, nesse sentido, a informática na escola passa ser parte da resposta a questões ligadas a cidadania.

É no manuseio do computador que se aprende a obter resultados com várias possibilidades de aprendizagens dentro de suas áreas de estudo. A apropriação do conhecimento e a apropriação da linguagem do computador proporcionarão uma educação inclusiva motivadas pelos jogos educacionais, CDs, vídeos, fones, televisão digital, multimídia, passando a ser o meio de comunicação e informação importante para o ensino aprendizagem de todos os alunos inclusive os PNEs. Ao utilizar a Internet os alunos passam a se comunicar e busca sites educativos podendo realizar várias atividades, compartilhando ideias, vivências e experiências tornando-se um ambiente de interatividade. Frente a isso, Passerino (2005) afirma que a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo educativo pode promover o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de todos os sujeitos, particularmente dos PNEs que se beneficiam do uso das mesmas, pois estas propiciam “espaços alternativos” de comunicação e construção, não somente individual, mas também colaborativo.

---

<sup>4</sup> Escola Ativa é um programa do governo federal voltado para as escolas localizadas no campo e que tem como característica as turmas multisseriada

As crianças com dificuldades de aprendizagem, ou seja, deficiência física ou mental geralmente apresentam uma maior dificuldade para operar no nível abstrato. Nesse sentido, analisando as diretrizes para a educação especial, Guenther observa que:

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (GUENTHER, 2003, p.47).

Para que a proposta de Inclusão possa se concretizar é necessário que se faça mudanças pedagógicas significativas adaptando o currículo regular da escola para atender as diferenças individuais dos alunos PNEs. A adaptação dos objetivos refere-se à eliminação das competências do ensino regular ou parte delas, de acordo com as deficiências e o grau de dificuldade apresentada pelas crianças, introduzindo os objetivos indicados para desenvolver as dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiências.

Para os alunos com deficiência física, mental ou visual os conteúdos devem ser adaptados de acordo com a sua deficiência. Currículos especiais envolvendo atividades básicas como: à consciência de si; cuidados pessoais e da vida diária, desenvolvimento da autonomia e administração da própria vida. Esses conteúdos são chamados de conteúdos formais.

Os alunos são classificados de acordo com a doença apresentada. Cada aluno dependendo da doença recebe um número que está entre 7.0 a 9.1 do CID 10<sup>5</sup> que define se a deficiência é muito grave, grave, moderada ou leve.

No caso da deficiência muito grave e graves, os conteúdos são elaborados para a formação pessoal e o desenvolvimento dos hábitos e atitudes. Os conteúdos são desenvolvidos oralmente. Na deficiência leve, os conteúdos serão ministrados gradualmente de acordo com a aprendizagem do aluno. De nada adianta querer “ensinar” o que não é possível assimilar por parte do aluno. De acordo com o Parecer nº56/2006 p.10 a diversificação curricular compreende “conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático” levando em conta características de cada um.

---

<sup>5</sup> A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – **CID 10**) é publicada pela Organização Mundial da Saúde OMS e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A **CID 10** fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código **CID 10**.

A educação se dá através de processo lento, contínuo e cumulativo e também por repetição, avaliando a trajetória de vida do aluno e o que ele consegue realizar dentro das suas possibilidades e limitações. Os Planos de Estudos<sup>6</sup>, Plano de Trabalho e o Parecer descritivo serão reajustados à medida que o aluno vai alcançando as habilidades necessárias para realizarem as atividades propostas. Esses instrumentos são indispensáveis para uma análise criteriosa da necessidade e para definir uma ação mais efetiva da equipe pedagógica da escola. Os Planos de Estudos devem ser elaborados com a ajuda da Coordenação pedagógica, professor do ensino regular e sala de recursos e professores envolvidos diretamente com os alunos PNEs.

A adaptação será de ajustes ao tempo de permanência dos alunos portadores de necessidades especiais em determinadas séries, desde que se observe o critério adotado na adaptação curricular de cada aluno, respeitando a faixa etária, idade/série/ano no decorrer do Curso e modalidade de ensino. De acordo com o Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial Saberes e Práticas da inclusão (2003) faz referências ao ajuste temporal possível para que o aluno com necessidades especiais adquira conhecimentos e habilidades que estão ao seu alcance respeitando o ritmo próprio de cada um.

## **2. 1 Escola como um espaço de inclusão**

Os alunos portadores de necessidades especiais são alunos do 4º ano incluídos na classe regular tendo como deficiência mental leve, moderada e grave. Eles conforme legislação vigente estão fora da faixa etária apropriada para a série/ano. Os alunos foram submetidos a testes para avaliação de desempenho com os professores da escola que participaram da equipe multidisciplinar. Os médicos neurologistas prescreveram os laudos com a indicação da doença. Foi reelaborado os planos de estudos e de trabalho individualmente. Também foi elaborado um parecer descritivo sobre as potencialidades e necessidades de cada um.

---

<sup>6</sup> A escola deve elaborar o(s)Planos de Estudos adequado(s) ao desenvolvimento do aluno que deve ser o guia a ser implementado descrevendo as competências a serem desenvolvidas e o resultado que se espera alcançar. O Plano de Estudo e o Parecer Descritivo é instrumento indispensável para uma análise criteriosa da necessidade especial e para definir uma ação mais efetiva da Equipe pedagógica da escola.

Houve mudanças consideráveis no novo currículo elaborado pela equipe multidisciplinar da escola para atender os alunos com necessidades especiais começando pelos:

Objetivos/conteúdos: reorganização dos objetivos básicos e introdução de objetivos específicos complementares e/ou alternativos que não são previstos aos demais colegas de série, mas que podem ser incluídos em substituição a outros que não podem ser alcançados, temporariamente ou permanente pelo grau de deficiência apresentada pelo PNE.

Metodologia e Organização Didática: Introdução de métodos, procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino aprendizagem. Organização e introdução de recursos específicos de acesso ao currículo através de mudanças significativas no planejamento e atuação do professor diante dos PNEs reorganizando o espaço da sala de aula com cantinhos de aprendizagens com diversos materiais manipulativos, objetos e brinquedos aperfeiçoando suas habilidades manuais, oficinas de aprendizagens para atender às necessidades específicas do aluno.

a) Avaliação: introdução de critérios específicos de avaliação, os alunos passam a ser avaliada de forma diferenciada dentro das suas capacidades de entendimento, eliminação de critérios gerais de avaliação e modificação dos critérios de promoção. Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno no ano/série. A decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adaptações curriculares do aluno.

b) Temporalidade: Cada aluno tem o seu tempo de aprender e este deve ser respeitado.

As adaptações curriculares devem estar contextualizadas a realidade específica de cada aluno e justificadas em registros documentais que integram a pasta do mesmo (secretaria da escola). No caso de transferência desses alunos para outra escola, o histórico irá conter a observação e o número do parecer 56/2006<sup>7</sup> juntamente com Parecer descritivo elaborado pelo professor da classe regular juntamente com uma nota que justifique sua aprovação. Segundo o Conselho Estadual de Educação

A Constituição estadual, em seu artigo 199, inciso VII, estabelece como dever do Estado: proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos

---

<sup>7</sup> Parecer que implementa e orienta normas que regulamenta a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

superdotados. No artigo 214 e seus parágrafos, reforça a afirmação: O Poder Público garantirá educação especial aos deficientes, em qualquer idade, bem como aos superdotados, nas modalidades que se lhes adequarem. (RGS.1989, p.2)

A participação dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento é fundamental para o desenvolvimento do processo, ou seja, que cada um com seu conhecimento possam contribuir para chegar a um objetivo comum em relação ao diagnóstico que vai detectar o tipo de deficiência e o grau que se apresenta.

A comunicação e troca de idéias é importante para decidir em conjunto. Buscar a melhor alternativa, sugestão de trabalho e a atividade que melhor atenda as necessidades apresentadas pelos alunos e que melhor se adapte e contribua para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno no decorrer do ano letivo. A cada ano realiza-se uma nova consulta para acompanhamento do quadro da doença do aluno para uma avaliação e monitoramento da medicação (caso necessário). É necessário conhecer as potencialidades e as dificuldades que um portador de necessidades especiais possui em relação aos outros ditos “normais”. Muitas vezes, essas dificuldades, se não detectadas a tempo, levam os alunos a reprovação baixando o índice das avaliações externas.

A escola preocupada com o processo de construção de um sistema educacional inclusivo buscou na LDB e parecer 56/2006 respaldo necessário para a realização das adaptações curriculares dos PNEs na cooperação da escola, município e estado.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Capítulo V, da Educação Especial, nos artigos 58 a 60, define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, prevendo a possibilidade de serviços de apoio especializado na escola para atender às peculiaridades desse alunado e atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino. (LDB, 1996, p.2).

As duas últimas décadas foram marcadas pelo debate acerca da inclusão, estabelecendo como componente fundamental a universalização do acesso à educação, o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, a ampliação da participação da família e da comunidade, a organização das escolas para a participação e aprendizagens de todos os alunos e a formação de redes de apoio de inclusão.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um



currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

## **2 CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES**

A experiência relatada nesse trabalho tem como local a Escola Estadual de Ensino Fundamental Silvano Luiz da Silva realizadas com alunos do quarto ano. A escola está situada no meio rural do município de Passa Sete. Ela faz parte do Programa Escola Ativa. Uma das características desse programa é a inclusão digital, na qual o governo envia através das Coordenadorias computadores para os alunos. Os computadores já vêm com o sistema operacional Linux e com softwares educacionais instalados permitindo que as crianças tenham acesso aos programas. As atividades a serem realizadas podem ser variadas e utilizadas por todos os professores em suas respectivas disciplinas.

Foram realizadas na escola adaptações dos espaços físicos nas áreas de circulação para portadores de necessidade motora (física). Foi disponibilizada pela APAE uma cadeira de roda para o aluno com deficiência física, que fica na escola a sua disposição. Foi adquirido um notebook através de uma ação beneficente para o aluno, pois o mesmo não possui os movimentos de coordenação motora sendo impossível realizar as atividades em sala de aula. Com as adaptações curriculares nos objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e temporalidade foram reorganizada a documentação na secretaria da escola e as avaliações passaram a ser registradas através de parecer descritivo.

Os relatos foram realizados de forma descritiva descrevendo as observações realizadas sobre os alunos. Nas observações e dados coletados com os pais e/ou responsáveis procurou-se saber sobre a saúde da criança, aparência geral, cacoetes, manias, tiques, entre outros.

As observações pedagógicas relataram o rendimento escolar, as dificuldades encontradas na aprendizagem, na coordenação motora, na atenção, na memória, no interesse, nas habilidades do desenvolvimento da leitura e escrita. Também foram realizadas observações referentes à conduta escolar, o qual pretende analisar a participação dos alunos em grupo, o relacionamento com colegas e professores, a reação a ordens e suas atitudes nos trabalhos de aula. As atividades de socialização são imprescindíveis para que os alunos se sintam valorizados fazendo parte do grupo,

desenvolvendo suas potencialidades dentro do processo participativo elevando assim, sua autoestima.

A escola juntamente com a Equipe Multidisciplinar enfrentou grandes desafios em busca das informações e procedimentos necessários no processo da Adaptação Curricular. Houve várias participações em reuniões administrativas e técnicas com profissionais ligadas a área da Educação Especial, professores da sala de recursos para orientações dos Planos de Estudos e de Trabalho a serem adaptados a cada aluno, reuniões com pais, professores e pessoas ligadas aos PNEs.

Com a adaptação curricular os alunos passam a ser atendidos individualmente nas respectivas diferenças e necessidades. Constatou-se melhoria na aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais após a realização da adaptação curricular e a inclusão digital. Os PNEs fazem uso dos recursos tecnológicos, o rádio, o DVD, a televisão, principalmente o computador e os programas disponíveis como o Word e o Power Point na sala de aula/informática os quais auxiliam no desenvolvimento das tarefas e/ou atividades propostas pelo professor tais como: pintar, escrever a inicial dos nomes dos desenhos, completar a letra que está faltando, desenhar, explorar jogos educativos, quebra cabeça, jogos dos sete erros, labirintos, observar gravuras e descrever oralmente os desenhos, ligar pontinhos para formar desenhos, escrever números, ouvir histórias, visualizar vídeos, ouvir música, entre outros.

O uso das tecnologias está sendo uma forma de inclusão e acessibilidade aos portadores de necessidades. Uma maneira lúdica de brincar e aprender.

A adaptação curricular dos alunos PNEs vem ao encontro de uma escola aberta com ideais democráticas demonstrando que a inclusão é necessária e que todo brasileiro independente ou não de possuir necessidades especiais devem ter na escola um espaço de igualdade no qual se busca a sua própria identidade, direito que devem ser respeitados por todos no exercício pleno da cidadania.

As atividades realizadas na sala de aula relacionadas a leitura de gravuras e escrita através de cópia, desenho, pintura, jogos, quebra-cabeça, histórias do cotidiano familiar e experiências do dia a dia passaram a ser mais atrativas para os alunos com deficiência mental e também foi importante para a comunicação do aluno com poucos movimentos nos membros superiores devido à paralisia cerebral que o mesmo possui desde o nascimento. Embora tenha os movimentos sensoriais reduzidos ele consegue escrever no computador letras, palavras e pequenas frases com o dedo indicador fazendo

um esforço muito grande para realizar esta atividade. As atividades com esses alunos são direcionadas para suprir as necessidades apresentadas. Os alunos com adaptação curricular e Planos de Estudos diferenciados que conseguem manusear o lápis e escrever no caderno realizam atividades com alfabetos móveis, quebra cabeça, fichas com desenhos, palavras, imagens para relatos orais, contagem oral e com material concreto para desenvolvimento do raciocínio lógico e compreensão de pequenos textos.

A realização das adaptações curriculares a inclusão a novas tecnologias na sala de aula tem como objetivo principal desenvolver a linguagem oral e escrita como forma de atuação social no mundo e exercício de cidadania. A Educação Especial trata-se como uma nova modalidade de ensino voltada para a formação do indivíduo portador de deficiência. Os PNEs fazem uso da fala com uma certa dificuldade mais lenta e não tão clara como as demais crianças mas que através dela podem se comunicarem e assim demonstram os sentimentos vivenciados através de hábitos e atitudes.

As TICs passaram a ser uma referência na vida dos professores, alunos e população em geral. Através do acesso e a inclusão digital pode-se explorar mais a capacidade e aproveitamento as mesmas utilizando-os em sala de aula para posteriormente aplicação dos conhecimentos adquiridos na preparação do trabalho e também na vida diária.

O atendimento no laboratório da escola é realizado uma vez por semana. A alegria e o contentamento de todos é geral, todos os alunos participam desse momento e os que têm maior facilidade ajudam os que possuem mais dificuldades. O uso do computador passa a ser um grande aliado do professor passando de ferramenta a um recurso indispensável para reforçar conteúdos ligados ao movimento que necessita a utilização da psicomotricidade, coordenação motora fina para domínio do mouse desenhando, pintando aumentando o vocabulário oral, escrito e digital passando a referenciar a linguagem do computador.



1 .Aluno A: DM leve.



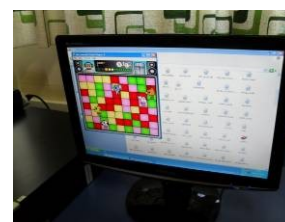
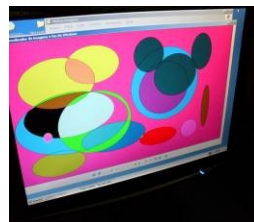
2. Aluno B: DM múltipla



3. Aluno C: DM moderada



4. Turma do 4º ano na sala de aula.



1. Aluno A: Utilizando O Word para formação e escrita de palavras.
  2. Aluno B: jogando direto do CD Golden Pack Digerati B em 10.
  3. Aluno C: Desenho, pintura utilizando o Paint.
- Jogos para desenvolver a atenção e coordenação motora.

As atividades realizadas no laboratório de informática motivam e incentivam os alunos a iniciação a informática como utilizar o mouse, o teclado, função das teclas, além, de realizar tarefas básicas como: alterar o tamanho das letras, editar pequenos textos, fazer correção ortográfica durante a digitação, salvar documentos. Ele é um grande aliado na alfabetização dos alunos de séries iniciais. O conhecimento da informática e a utilização das TICs no dia a dia está sendo fundamental na vida de todos os alunos inclusive os PNEs, portanto, o conhecimento da informática inclui todas as pessoas na busca de melhores oportunidades para a formação e aperfeiçoamento profissionais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização da adaptação curricular vem favorecendo a escolarização dos portadores de necessidades especiais considerando o critério de competências escolares dos alunos, tendo como referência o currículo regular buscando maximizar as suas potencialidades, sem ignorar as limitações que apresentam os PNEs e suas necessidades educacionais especiais.

Ao contrário dos anos anteriores hoje se pode dizer que o cenário da escola está sendo mudado com as novas adequações curriculares relativas à seleção dos objetivos e conteúdos alternativos, seleção de técnicas e instrumentos para a avaliação dos alunos, estratégias de ensino com métodos mais acessíveis, alterando o nível de abstração e complexibilidade das atividades.

A flexibilização curricular viabilizou o processo de inclusão pensada a partir de cada situação particular. Diante dos resultados positivos obtidos através das adaptações curriculares pode-se concluir que está sendo um diferencial na vida de toda a comunidade escolar principalmente na trajetória de vida dos PNEs a partir da Inclusão social e digital.

Com as mudanças ocorridas na escola através das adaptações curriculares, os professores passaram a ter um olhar diferenciado em relação aos portadores de necessidades especiais passando a entender as suas limitações. O aluno com deficiência possui um ritmo mais lento que os demais colegas e que o melhor que podemos fazer por eles é procurar trabalhar atividades que desenvolva habilidades funcionais que serão úteis para a sua vida.

Um dos grandes aliados do processo ensino aprendizagem são as tecnologias assistivas com os recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusiva.

As tecnologias estão cada vez mais presentes nas escolas e também na vida dos PNEs através da acessibilidade. Os recursos tecnológicos disponibilizam as crianças com deficiência mental atividades que podem ser trabalhadas normalmente usando a internet e o computador. Atividades estas que não eram possíveis de serem realizadas anteriormente pelos portadores de deficiência e que hoje são realizados com melhor desempenho. As atividades estão se desenvolvendo de forma prazerosa. Os alunos são solidários uns com os outros se ajudando-se mutuamente durante as atividades no laboratório, sala de aula e nas atividades em geral realizadas na escola

A constituição federal de 1988 já estabelecia o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, mas na escola não se tinha uma atenção especial voltada a crianças com necessidades especiais. Muitas delas ficavam vários anos na mesma série por não ter os pré-requisitos mínimos para aprovação e acabavam sendo reprovados. Hoje fica claro para nós professores que trabalhamos com alunos dos anos iniciais quando a criança apresenta dificuldades de aprendizagem ou quando ele apresenta deficiência mental.

Passamos a entender que muitos vezes os pais não percebem que os filhos apresentam um quadro de deficiência. O professor faz o trabalho de conselheiro particular fazendo com que ele também perceba a dificuldade que existe na aprendizagem dos filhos passando a ajudando-nos no processo dos encaminhamentos levando os filhos nas consultas marcadas.

Melhorou consideravelmente o relacionamento entre os professores, alunos e familiares dos PNEs passando a falar todos a mesma linguagem. As avaliações estão sendo planejadas e diferenciadas para suprir as necessidades de cada um. Alunos que

não são alfabetizados passam a serem avaliados oralmente ou representando as atividades através de desenhos. O nível de exigência está sendo menor do que os demais colegas. Os professores e colegas dos PNEs passaram a entender o tratamento diferenciado que os mesmos recebem em relação aos objetivos e conteúdos desenvolvidos nas sala de aula.

Não basta os alunos com deficiência frequentarem a escola é necessária que tenha uma trajetória regular como todos os outros e que no final de cada modalidade de ensino receba a certificação de conclusão final de cada curso. A educação segundo a LDB é um direito social de todos e dever do Estado, deve atingir a todos uniformemente, no entanto é necessário entender as suas diversidades, para que a individualidade seja respeitada e assim possa acontecer à verdadeira inclusão escolar. Com isso a escola cumpre com seu papel tanto no desenvolvimento educacional como no desenvolvimento pessoal do aluno.

O aluno do 4º ano que possui deficiência múltipla faz uso do Notebook substituindo o caderno nas aulas diárias. A tecnologia na vida dos PNEs principalmente do cadeirante esta sendo de fundamental importância. Caso não fosse realizado a ação beneficente entre amigos e adquirido o Notebook o menino não poderia realizar as atividades em sala de aula e também em casa.

Foi primordial e o uso da tecnologia na Inclusão dos PNEs e no processo das adaptações curriculares, na busca de subsídios para a sua realização, nos contatos com a equipe multidisciplinar e os profissionais que trabalham na área da saúde.

Com a tecnologia presente nas escolas e na vida dos alunos com deficiência mental veio para promover a integração entre eles e os colegas. O ritmo dos PNEs tem sido mais lento que os demais, mas sabemos que devemos respeitar este processo. Os alunos sem dificuldades de aprendizagem ajudam os PNEs na aquisição do conhecimento e linguagem do computador e assim as atividades no laboratório de informática e na sala de aula vão se realizando de uma forma colaborativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal** (Art. 208, III). Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA**, Lei n. 8.069, 13 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9394,23 de dezembro de 1.996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1.996.

\_\_\_\_\_. MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. (MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência mental**. Série: Diretrizes 5, 1994a.

\_\_\_\_\_. (MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência múltipla**. Série: Diretrizes 7, 1994b.

\_\_\_\_\_. (MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência física**. Série: Diretrizes 8, 1994c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BUENO, J. G. da S.; FERREIRA, J. R. **Políticas Regionais de Educação Especial no Brasil. Reunião da 26ª ANPED**, Caxambu, 2.003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/outrostextos/tegt15.doc>>. Acesso em: 23 de junho de 2007.

BUENO, J. G. da S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira da Educação Especial**, vol. 3 nº. 5. Piracicaba/S.P, UNIMEP, pp.7 – 25, 1.999.

CARVALHO, R. E. **A nova L. D. B e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GUENTHER, Z. C. **O Aluno bem-dotado na escola regular**: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: *Revista Escrita sobre Educação*, Ibité, vol. 2, n.1, p.43-54, jan- jun, 2003.

MEDICINA-NET. **CID 10 - Lista CID-10 - Letra F** Disponível em: <[www.medicinanet.com.br/cid10/f.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/f.htm)>. Acesso em: mar. 2011.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P. **Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para as pessoas com necessidades especiais**. Novo Hamburgo/RS: FEVALE, 2007

PASSERINO, L.; SANTAROSA L.M C. **Inclusão Digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**: EDUKITO. 8º Taller Internacional de Software Educativo TISE 2003. Santiago do Chile, Chile 24-26 de novembro.

RGS. 1989 - **Constituição Estadual** (Art. 119, VII) estabelece como dever do Estado: proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos superdotados.

\_\_\_\_\_. 2006 - **Parecer nº 56/2006** (Art. 1º, Resolução CEED,267) Sistemas de ensino.

ZANINI, F. **Educação Inclusiva e o papel do professor especialista**. Faculdade de Ciências, Campus de Bauru, são Paulo. 2007.